



40 anos
UnB à frente!

Lauro Morhy
organizador geral

Volume 2

Brasil em Questão

A Universidade e a
Eleição Presidencial



EDITORA



UnB

Ao longo de 2002 quando comemora seus quarenta anos, a UnB convidou toda a sociedade brasileira a participar do amplo debate preparatório à escolha do dirigente da Nação. Para tanto, foi instalado, em fevereiro de 2002, o Fórum *Brasil em Questão*, com o objetivo de estimular a troca de idéias sobre propostas e ações indispensáveis à superação dos grandes desafios nacionais.

Brasil em Questão foi concebido em dois períodos distintos. A primeira etapa, de fevereiro a julho, foi o momento de discussão sobre onze questões-chave da agenda do País. O resultado deste amplo esforço foi apresentado à sociedade em agosto de 2002, com o lançamento do primeiro volume do livro *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*. Já a segunda etapa do Fórum *Brasil em Questão*, realizada entre os meses de agosto e setembro, buscou ampliar a visibilidade do debate entre a sociedade brasileira e os candidatos à Presidência da República. Para tanto, vieram à UnB em momentos distintos

Volume 2

Brasil em Questão

A Universidade e a
Eleição Presidencial

Fernando Henrique Cardoso
Presidente da República

Paulo Renato Souza
Ministro da Educação

Francisco César de Sá Barreto
Secretário de Educação Superior

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Conselho Diretor

Lauro Morhy – Presidente
Antônio C. de Matos Paiva
Carlos Alberto Rodrigues da Cunha
Carolina Martuscelli Bori
Flávio Rabelo Versiani
Inocência Mártires Coelho
Gileno Fernandes Marcelino
Jacques Rocha Velloso

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: *Lauro Morhy*
Vice-Reitor: *Timothy Martin Mulholland*
Decano de Ensino de Graduação: *Michelângelo Giotto S. Trigueiro*
Decana de Pesquisa e Pós-Graduação: *Noraí Romeu Rocco*
Decana de Extensão: *Dóris Santos de Faria*
Decano de Administração e Finanças: *Érico Paulo Siegmar Weidle*
Decana de Assuntos Comunitários: *Thérèse Hofmann Gatti*
Laboratório de Estudos do Futuro: *Henrique de Sousa Novaes*
Assessoria de Assuntos Internacionais: *José Flávio Sombra Saraiva*
Assessoria de Comunicação: *Rodrigo Caetano*



Volume 2

Brasil em Questão

A Universidade e a
Eleição Presidencial

Organizador Geral

Lauro Morhy

Co-organizadores

Marcos Formiga

Regina Marques

Adler Andrade

Tânia Costa

Universidade de Brasília

Laboratório de Estudos do Futuro/Gabinete do Reitor

Editora Universidade de Brasília

2002

Editores responsáveis: Regina Marques

Tânia Costa

Adler Andrade

EQUIPE EDITORIAL

PROF.ª DR.ª WÂNIA DE ARAGÃO-COSTA E BEL.ª CARMEM GALVÃO (Preparação de Originais e Revisão)

FERNANDO BRANDÃO E FRANKLIN CRUZ (Editoração Eletrônica)

FORMATOS DESIGN GRÁFICO (Projeto Gráfico)

FORMATOS DESIGN GRÁFICO (Capa e Aberturas sobre ilustrações de Richard Cook- *Getty Images*)

Degração e Transcrição: Tânia Costa e Regina Marques

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Central da Universidade de Brasília

B823 Brasil em questão 2: a universidade e a eleição presiden-
 cial / Lauro Morhy (organizador). – Brasília : Universi-
 dade de Brasília, Laboratório de Estudos do Futuro :
 Editora Universidade de Brasília, 2002.
 264p.

ISBN 85-230-0705-8

1. Política – Brasil. 2. Cidadania. 3. Universidade.
4. Eleição presidencial – Brasil. I. Morhy, Lauro
(organizador)

CDU – 32(81)

324(81)

342.71

Sumário

APRESENTAÇÃO

Lauro Morhy 9

Parte I

Discursos e Respostas Fórum *Brasil em Questão*

07 de agosto Ciro Gomes 15

14 de agosto Anthony Garotinho 63

04 de setembro Luiz Inácio Lula da Silva 97

Parte II

Respostas Fórum *Brasil em Questão*

José Serra 141

José Maria de Almeida 159

Rui Costa Pimenta 181

Parte III

Contribuições Fórum *Brasil em Questão*

Documento da ANDIFES
Associação Nacional dos Dirigentes das
Instituições Federais de Ensino Superior 201

Proposições da ABMES Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior	207
Carta da ABED Associação Brasileira de Educação a Distância	229
Contribuição da ABRUEM Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais	233
Carta de São Paulo 4º Congresso Nacional de Educação – CONED Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública	247



Discurso e Respostas Fórum *Brasil em Questão*

07 de agosto
Ciro Gomes

14 de agosto
Anthony Garotinho

04 de setembro
**Luiz Inácio Lula
da Silva**

Parte I

Discurso e respostas

Anthony Garotinho

Gostaria de fazer uma análise da situação que vivemos hoje no nosso país. Para o Partido Socialista Brasileiro, a questão central é a falta de um projeto de desenvolvimento. Certamente aqueles que idealizaram a Universidade de Brasília tinham em mente um projeto para esta Universidade. Todos aqueles que vão iniciar qualquer atividade têm um projeto. Qual o brasileiro é capaz de dizer hoje como vê o Brasil daqui a dois anos? O Brasil não tem projeto.

E, por falta de projeto, chegamos a esta situação. Então, para nós, a questão central e fundamental é o estabelecimento de um Projeto Nacional de Desenvolvimento.

Fundamentalmente, para se estabelecer um projeto nacional de desenvolvimento, é preciso mudar paradigmas. Quais as diferenças fundamentais entre os paradigmas atuais, do projeto neoliberal implantado no Brasil, e aquele que queremos implantar? Primeiro, o projeto implantado no Brasil é, claramente, voltado para favorecer o capital financeiro, em detrimento do setor produtivo da economia. Basta olhar os lucros apresentados pelos bancos que atuam no Brasil e verificar os outros setores da economia.

Anthony Garotinho é candidato à Presidência da República pela Coligação “Frente Brasil Esperança” (PSB / PGT / PTC).

* O debate teve como moderador o professor Estevão Martins do Departamento de História da UnB.

A indústria, o comércio, o cidadão comum, todos amargaram retrocesso, enquanto o sistema financeiro brasileiro e internacional auferiram lucros que jamais foram conquistados em outro período da nossa história. Chegamos ao ponto em um banco brasileiro, apenas realiza lucro maior do que o da Volkswagen fabricando automóveis em todas as suas fábricas do mundo. Isso ele faz emprestando o dinheiro que depositamos no banco, que nos é remunerado a 6 ou 7% ao ano na caderneta de poupança, mas nos é emprestado a 140% no cartão de crédito ou no cheque especial.

Então, a primeira questão deste novo projeto nacional de desenvolvimento, concebido pelo Partido Socialista Brasileiro, é que o sistema financeiro não pode, em hipótese alguma, continuar sendo o grande beneficiário o modelo econômico implantado no País. É preciso redirecionar a economia para o setor produtivo e, para que isso ocorra, é tomar algumas medidas como, por exemplo, implementar uma reforma tributária que desonere o setor produtivo brasileiro, as exportações brasileiras, e que possibilite a cobrança de imposto sobre os lucros dos Bancos.

Qualquer cidadão brasileiro paga mais Imposto de Renda do que pagam os Bancos. Isto é escandaloso. Isto é vergonhoso e impensável perante qualquer sociedade civilizada.

Precisamos de estabelecer a mudança do modelo de concentração de renda para um modelo que seja distribuidor de renda. Não se pode confundir concentração de renda com crescimento. Muitos que estão aqui sabem que o Brasil cresceu bem durante um período da nossa história. Cresceu concentrando. Cresceu para os que já tinham. O problema não é crescer. É crescer e distribuir. O atual modelo, pelas suas características, pela sua própria base de sustentação, concentra a renda. Os indicadores sociais mostram esta situação. O Brasil tem hoje um salário mínimo

de R\$ 200,00 mensais, enquanto o Paraguai, com uma economia bem mais pobre, tem um salário de U\$ 150.00 mensais. É uma humilhação para o povo brasileiro. A nossa proposta, mostrada de forma objetiva no nosso programa de governo, é recompor o salário mínimo em primeiro de maio de 2003 para R\$ 280,00 e em primeiro de maio de 2004 para R\$ 400,00.

Não me digam os senhores economistas do governo que não há dinheiro para isso. O impacto é de R\$ 21 bilhões no primeiro ano. Este é o montante que o governo tem de despender para colocar o salário mínimo em R\$ 280,00. Os economistas que dizem que não há dinheiro para que o salário mínimo seja de R\$ 280,00 são os mesmos que, no ano passado, pagaram, de juros e amortização da dívida, R\$ 108 bilhões aos Bancos. Não há dinheiro para se fazer um processo de distribuição de renda no País, mas há dinheiro para concentrar renda cada vez mais, beneficiando os Bancos e o sistema financeiro nacional e internacional. Esse dilema é falso. Gostaria de deixar claro que não há outra medida que possa distribuir renda de forma mais rápida e efetiva do que o salário.

Programas compensatórios são importantes e necessários em países como o Brasil, mas não distribuem renda. O que distribui renda é salário. Salário é o instrumento que pode chegar a qualquer lugar do País. Levando-se em consideração a pirâmide social brasileira, em que imensa maioria ganha salário mínimo e parcela expressiva ganha abaixo do salário mínimo, é necessário um processo de distribuição de renda no País que tenha, como base, não a esmola e o programa compensatório, mas o salário mínimo para o povo brasileiro.

Então, primeiro precisamos priorizar o setor produtivo, tendo, como instrumento principal, a reforma tributária.

Segundo, sair do modelo de concentração de renda para o da distribuição de renda, tendo, como instrumento principal, o aumento real do salário mínimo.

Terceiro, precisamos de trocar a atual política de instabilidade por uma política de estabilidade. A maior mentira oficial é a que diz que o Brasil vive um processo de estabilidade e, como li hoje nos jornais, o senhor Presidente da República vai pedir aos candidatos à Presidência da República que reafirmem o seu compromisso com a estabilidade. Que estabilidade? O País não tem estabilidade cambial. O País não tem estabilidade comercial. O nosso desempenho na balança comercial é pífio. O País não tem estabilidade do ponto de vista dos seus fundamentos mais importantes. Temos *déficit* em transações correntes. O País cresceu por mais de dez vezes a sua dívida interna. Multiplicou por três vezes a sua dívida externa, infelizmente, com apoio de boa parte da mídia brasileira, vemos a reafirmação pela equipe econômica, de que é preciso manter os fundamentos sólidos da economia brasileira. Que fundamentos sólidos da economia brasileira são esses? O País não exporta. O País tem *déficit* em transações correntes. O País enfrenta crise cambial e já apresentou pela terceira vez pedido de recursos ao Fundo Monetário Internacional. Mas a equipe econômica, com apoio de boa parte da mídia brasileira, vem vendendo uma falsa ilusão de estabilidade econômica, que, na verdade, não existe.

Estabilidade é muito mais do que manutenção de preços. Estabilidade pressupõe uma série de outros requisitos e, infelizmente, o Brasil não alcançou, nestes oito anos do governo de Fernando Henrique, nem alcançará, a estabilidade, se não houver rompimento com esse modelo

econômico que hoje estamos levando adiante no nosso país. Esse modelo não tem chance de dar certo porque não deu certo em lugar algum do mundo.

Já fiz esse desafio em outra Universidade e farei hoje aqui também: se alguém neste auditório me apresentar um lugar no mundo em que o receituário do Fundo Monetário Internacional aplicado à risca deu certo, eu retiro a minha candidatura. Só quero um. Todos os países que aplicaram o receituário do FMI amargaram os mesmos problemas que o Brasil está amargando. Essa é uma receita velha, conhecida, superada, e que só países subservientes, incompetentes ou vendilhões da pátria podem admitir.

Como um país que há oito anos tinha uma dívida de 62 bilhões, vendeu 70 bilhões, dez por cento de seu PIB, que era seu patrimônio, e hoje não tem patrimônio e deve mais de 700 bilhões?

Então, é fundamental que saíamos dessa política de instabilidade e adotemos uma política de estabilidade, que tenha, como instrumento principal, o planejamento estratégico de curto, médio e longo prazo, que foi abandonado pelo atual governo, pois não há política de planejamento.

Por isso comecei minha palestra perguntando quem ou qual é o brasileiro que poderia imaginar o País para daqui a dois anos. Ninguém. Vivemos uma política de curto prazo: um empréstimo hoje para evitar a quebra amanhã. Qualquer país que queira ser nação, que não queira ser cassino, que não queira transformar seus cidadãos em estatísticas, um país que não é abstração, tem de adotar políticas de curto, médio e longo prazo. O Brasil não adotou política alguma de longo prazo. Este governo só trabalhou com políticas de curtíssimo prazo, para tentar resolver problemas emergenciais e não plantou nada.

Quando terminarmos a Era Fernando Henrique Cardoso o que poderá se dizer que ficou desta Era? Não ficou nada, porque

nem a tal falada estabilidade não é a estabilidade no País e sim a instabilidade do País. O que ficará no final do governo do Fernando Henrique Cardoso é um país empobrecido, com cinquenta milhões de brasileiros vivendo abaixo da linha de pobreza. País de desempregados, com a maior taxa de desemprego de sua história. País com indicadores sociais que só ganham da Suazilândia e de Serra Leoa.

Isto é uma humilhação para um País que é a décima primeira economia do mundo. Aliás, quando este governo começou, o Brasil era a oitava economia do mundo e a primeira da América Latina, e sai como a décima primeira economia do mundo e perdemos a liderança da América Latina para o México.

Então é preciso trocar o paradigma do sistema financeiro, para o produtivo; trocar o paradigma de concentração de renda para o de distribuição de renda; trocar o paradigma da instabilidade pela estabilidade, com instrumento principal de planejamento estratégico, pensando o país como um projeto de Nação.

Quarto paradigma, pois este modelo econômico foi baseado na estagnação, precisamos de deixar a estagnação e adotar políticas de crescimento. As taxas de crescimento durante a Era Fernando Henrique Cardoso foram medíocres. Se levarmos em consideração que o Brasil dos anos 30 até os anos 80 cresceu em média 5% a 7% ao ano, crescemos nesse período, a média de dois por cento.

Como um país que tem 170 milhões de habitantes, que precisa de criar, só para os jovens que chegam ao mercado de trabalho, um milhão e setecentos mil empregos por ano, pode ter taxa de crescimento medíocre como esta que estamos observando? Então, é preciso implementar política de crescimento, que não nos leve a esse índice, que é de crescimento quase inercial. O governo não faz absolutamente nada para que o país cresça. Esses índices de agora são mínimos para que um país possa crescer. Aliás, é bom lembrarmos que, nos primeiros

acordos com o FMI, havia uma cláusula: taxa de crescimento zero. O País não podia crescer por determinação do FMI.

Qual instrumentos usaremos para mudar esse paradigma? Usaremos os instrumentos de crédito de que o País dispõe para financiar as exportações brasileiras, para que não fiquemos dependentes desse Dólar volátil que vem para o nosso país atrás de lucros e depois vai embora. Usaremos os instrumentos de créditos nacionais para que a indústria nacional possa fazer substituição de importação e produzir dentro do nosso país aquilo que produzimos fora do País.

Quando assumi o governo do Rio de Janeiro, todos os estaleiros estavam fechados. E não entendíamos porque, com uma demanda enorme de construção de plataformas, de navios, a Petrobrás fazia navios em Quebec no Canadá, em Singapura, e não fazia no Rio de Janeiro, no Brasil. Reclamavam de *déficit* na balança comercial e continuavam a gastar no Exterior os escassos recursos do Brasil. Reabrimos os estaleiros, por meio de uma política desenvolvida pela Secretaria de Indústria Naval e Energia, criada na nossa gestão, utilizando incentivos fiscais. Hoje, aquele setor que não empregava ninguém emprega dezoito mil pessoas diretamente nos estaleiros. Para cada emprego direto, o setor naval gera quatro indiretos. Ainda assim, com grande dificuldade, plataformas importantes da Petrobrás, como a P50 e a P51, que poderiam ser feitas no Brasil e que custam milhões de Dólares, têm sido levadas para outros países.

Então, trocar o modelo de estagnação pelo de desenvolvimento significa utilizar o sistema de crédito, que é fundamental para que possamos gerar emprego no nosso país e fazer que a economia brasileira possa produzir aqui dentro do nosso país aquilo que importamos de forma desnecessária. Mais do que isso, trocar o modelo de estagnação pelo de crescimento

significa organizar as cadeias produtivas brasileiras. Todos os países que obtiveram crescimento e que saíram do modelo de estagnação, organizaram suas cadeias produtivas com gerentes responsáveis. As cadeias produtivas brasileiras trabalham de forma desorganizada. As câmaras setoriais, uma tentativa de organização, foram boicotadas pela equipe econômica do atual governo. O próprio ministro do governo Fernando Henrique pediu demissão, pois não agüentava mais a intromissão da equipe econômica nas suas tentativas de organizar as cadeias produtivas brasileiras.

O quinto ponto é que devemos trocar a nossa forma de inserção no Mercado mundial globalizado. Temos de deixar a forma submissa, aquela desenhada pelo consenso de Washington, que leva os países do Terceiro Mundo e outros dependentes e adotar a forma soberana. Não há possibilidade para o Brasil, e os brasileiros, de ter alguma chance se não trocarmos a nossa relação e a forma de inserção no comércio exterior, nos organismos de debates internacionais, em que o Brasil tem feito um papel, infelizmente, vergonhoso, de total dependência, de total submissão em detrimento de uma inserção soberana. Países com uma economia mais frágil do que a brasileira, países que têm debilidades internas enormes, muito maiores do que as do Brasil, têm uma inserção soberana no mundo globalizado.

O que está acontecendo nesse acordo espúrio que o Brasil acaba de acertar com o FMI? Todos sabemos que as reservas cambiais brasileiras, em moedas, são muito pequenas, um montante de 15 bilhões. O FMI, que é controlado pelos Estados Unidos, para obrigar o governo brasileiro, na primeira rodada de negociação da ALCA, a atender à pressão do governo americano para que o Brasil assine o tratado da ALCA, para isso, permite que o governo brasileiro abaixe o montante das reservas cambiais para 5 bilhões e utilize os 10 bilhões. Libera uma parte de apenas 6

bilhões do empréstimo *stand by*. Assim, o Brasil consegue 16 bilhões, quando precisa de 18 para fechar o ano. O próximo Presidente da República já inicia o governo com uma crise cambial, sem outra opção do que a de recorrer ao FMI para sacar a diferença de 24 bilhões acordados.

O governo americano já está trabalhando em sua política de pressão internacional. Isto pode ser claramente visto pela recente visita do Senhor O’New ao Brasil, à Argentina e ao Uruguai. O empréstimo do FMI será liberado, mas, em contrapartida, o Brasil terá de aderir ao tratado da ALCA, o que não nos é interessante.

Quando se tem posição firme contra interesses internacionais, como estamos tendo, e consta das nossas propostas que são contrárias às atuais políticas de concentração de renda, do sistema financeiro, de dependência externa do Brasil, ganhamos poderosos adversários, mas eu só tenho 42 anos. Fui Deputado com 25, Prefeito com 27, Secretário de Estado com 32, Prefeito novamente com 36 e Governador de Estado com 38 anos.

Nessa eleição, não vim para enganar a população brasileira. Se for para abrir mão dos meus princípios, prefiro perder a eleição. Um candidato não pode abrir mão de seus princípios e não pode abrir mão, sobretudo, da verdade.

Muitos candidatos moderaram seus discursos para agradar o FMI. Muitos deles atenuaram seus discursos temendo a reação dos Bancos. Muitos candidatos fragilizaram suas idéias temendo o posicionamento da mídia sempre hostil a quem fala a verdade neste país. Mas não há de ser nada. Vamos esperar que o povo brasileiro possa encontrar um caminho nessa eleição que o leve a vislumbrar a construção de uma sociedade livre, que seja capaz de ser alicerçada sobre a verdade. Uma sociedade que seja capaz de proporcionar à minha filha e aos jovens brasileiros a discussão do destino do País. Infelizmente, o que ora verificamos é uma inversão

total de valores. A economia que, em qualquer lugar civilizado do mundo, é meio, no Brasil se transformou em fim. Não importa quantas pessoas estejam sem casa, o quanto esteja sendo sucateada a Universidade Pública brasileira. O que importa são os fundamentos sólidos da economia brasileira. Para servir a que objetivos? A que propósitos? Na minha gestão não faremos inversão de valores. A Economia não é fim, é meio.

O brasileiro não vota para escolher um Ministro da Fazenda e sim o Presidente da República, que vai orientar a política econômica do País. O Presidente da República tem de ser livre para não fazer política econômica que beneficie a banqueiros, ao capital internacional, mas que coloque um projeto nacional de desenvolvimento e seu país como prioridades.

Infelizmente, ele não merece muito boas referências em termos de comparação, mas tenho de fazê-la, pois mostra o que é soberania. O presidente Bush, quando colocaram na frente dele o tratado de Kyoto, ele disse que concordava com tudo que ali estava, mas não assinaria pois era Presidente dos Estados Unidos e o protocolo era contra os interesses do seu país. Embora equivocadamente, ele tem de defender os interesses dos Estados Unidos. O inadmissível é que as autoridades brasileiras não façam isso e não defendam os interesses do Brasil.

Muito obrigado.

RESPOSTAS AO BRASIL EM QUESTÃO

■ **Pergunta nº 1:** Sua proposta de governo afirma: “o Brasil que queremos sabe que não subsistirá a identidade nacional sem preservação de nossos valores culturais. Valoriza sua herança histórica e cultural e se orgulha da criatividade de seu povo, testemunhada pela riqueza e diversidade da produção cultural das atuais gerações de brasileiros”. O que fará seu eventual governo para recuperar e ampliar a capacidade criativa e inovadora do pensamento brasileiro, de forma a responder aos desafios do País nas mais diferentes áreas?

Anthony Garotinho: O futuro do nosso país, do nosso povo, depende do investimento que fizermos em educação, em cultura, em ciência e em tecnologia. A educação e a cultura são bens universais ao alcance de todos os brasileiros. A base do nosso desenvolvimento será a escola pública gratuita e de qualidade. É inadmissível um país que ainda tenha o número de analfabetos que o Brasil tem. Precisamos de acabar com o analfabetismo, disseminar o hábito da leitura, universalizar o ensino médio, aumentar o número de vagas no ensino superior. A Universidade democratizada é o centro de reflexão por excelência, como estamos fazendo aqui, como vi neste livro que recebi do Reitor que traz reflexão sobre o nosso país. Compete à Universidade formular pensamento crítico para responder aos desafios do País.

Quando nos referimos à brasilidade, estamos nos referindo fundamentalmente a cultura, educação, ciência, tecnologia e escola pública. O projeto de brasilidade que queremos passa pelo fortalecimento da escola pública no País. Infelizmente, foi destruída nos últimos anos do governo Fernando Henrique.

■ **Pergunta nº 2:** Em sua proposta de governo, o senhor afirma pretender “não apenas recompor as condições para um adequado funcionamento das instituições federais de ensino superior, como também investir significativamente na ampliação do atendimento das entidades de ensino superior públicas como um todo”. Concretamente, que medidas seriam tomadas para alcançar tais objetivos?

Anthony Garotinho: Inicialmente, gostaria de ressaltar minha posição consoante às do Partido Socialista Brasileiro, que educação pública gratuita em todos os níveis é obrigação do estado democrático. Ressalto ainda que, no meu governo, educação, ciência e tecnologia serão tratadas como áreas estratégicas. As Universidades Públicas desempenham duas funções muito especiais: primeira, são centro de formação de pessoal qualificado nas mais diferentes áreas de conhecimento; e, segunda, são centro de reflexão, de geração de novos conhecimentos através de pesquisas científicas e tecnológicas.

É muito pequeno o número de jovens que estão matriculados nas instituições de ensino superior, na ordem de dois milhões e setecentos mil, quando deveriam ser cerca de dez milhões, para atender a um país do tamanho do Brasil. Cabe ressaltar a baixa participação do setor público nesta área. Apenas 20% dos alunos estão em Universidades Públicas. Como consequência das políticas estabelecidas por este governo, não houve ampliação do setor público nas Universidades. O pequeno crescimento na oferta de vagas veio pelo setor privado. Meu compromisso é apoiar as universidades públicas como centros tecnológicos federais. Isto passa por uma série de ações.

Primeiro, é necessário ampliar os recursos para custeio, recuperar a infra-estrutura física, o quadro de pessoal docente e técnico administrativo, consolidar um plano de carreira discutido previamente com todos os setores, a exemplo do que fizemos no Rio de Janeiro. Ante as atuais dificuldades econômicas, o nosso compromisso é de aumentar de imediato os recursos de custeio das Universidades Federais dos atuais 420 milhões de Reais para 546 milhões de Reais. Implantaremos de imediato programa de apoio à graduação. Não podemos admitir a volta à idade média com aulas à luz de vela, como ocorreu recentemente na Universidade Federal do Rio de Janeiro, por falta de recursos para pagar a luz.

Segundo, priorizar a implantação da verdadeira autonomia da universidade pública. Vamos dividir o orçamento de cada universidade em dois componentes: um para cobrir as despesas com aposentados e pensionistas e outro para que ela honre os compromissos com aqueles que ajudaram a construí-la, ou seja, com o pessoal aposentado. Os investimentos incluem um grande programa de bolsa de trabalho, ampliação do programa de financiamento ao estudante, retorno dos restaurantes universitários.

Precisamos, também, de ampliar a participação do setor público federal no ensino superior. Para tal vamos discutir com as Universidades o número de vagas com o ensino presencial, sobretudo em cursos noturnos e de elevada demanda social. Vamos estimular a implantação de cursos pela modalidade de ensino a distância, como fizemos na Universidade do Rio de Janeiro em parceria com a Universidade da Espanha. Criar novas Universidades em áreas carentes, preferencialmente no interior do País, para atuar em áreas de interesse regional e promover o aparecimento de cidades universitárias no interior, possibilitando, assim, a redução do desequilíbrio regional.

Muitos, certamente, estarão perguntando: de onde vêm os recursos? Respondo afirmando que esses recursos já existem, basta apenas que haja prioridade. Repito que foram gastos ano passado 108 bilhões para pagar juros e amortização da dívida. A cada ponto percentual que o próprio governo diminui na taxa de juros básica do País, faz economia de 5 bilhões. É competência do governo brasileiro diminuir a taxa de juros básica brasileira que é insuportável. Neste momento, e o Brasil só tem taxa de juros menor do que a Polônia em 0,1%, a nossa taxa de juros real é de 10,1% contra os 10,2% da Polônia. Taxa de juros real, descontada a inflação, contra a média de 3,1% dos países emergentes. Se diminuíssemos 4 pontos em nossa taxa de juros, estaríamos economizando 20 bilhões, e ainda assim seríamos um País bastante atraente para os que querem investir aqui.

Afirmo que meu compromisso com a educação pública e a ciência e tecnologia não é vago. Ele é concreto. Como governador do Rio de Janeiro, investimos na Universidade do Norte Fluminense 80 milhões de Reais, na construção de novos laboratórios de ensino e pesquisa e na contratação de professores. Dobramos, em três anos, o número de vagas oferecidas para os cursos de graduação. Ampliamos o setor de pesquisa da UERJ. Em ambas as instituições recuperamos todas as perdas salariais ocorridas nos sete anos que nos antecederam. A Fundação de Apoio à Escola Técnica foi transformada em um Centro Universitário, oferecendo duas mil vagas em cursos técnicos de nível superior e cursos normais. Criamos o CEDERJ, o Centro Universitário de Educação à Distância. Portanto, está comprovado concretamente o meu compromisso com a educação, a pesquisa, a ciência, com a academia brasileira. E pode também ser comprovado pelos Reitores das Universidades Públicas e privadas e por todos os pesquisadores. O investimento anual da Fundação de Amparo a Pesquisa do Rio de

Janeiro era de 18 milhões de Reais, e eu o coloquei no patamar de 96 milhões por ano. Isto significa comprometimento, compromisso com a escola pública no nosso país.

■ **Pergunta nº 3:** O senhor já mencionou, num ponto preciso do seu programa, no que consiste a valorização dos programas de cooperação internacional. Com respeito a essa cooperação internacional em ciência e tecnologia, interessa-nos saber a opinião do candidato sobre o ponto do acordo de cooperação militar entre o Brasil e os Estados Unidos para a exploração da base militar de Alcântara, no Maranhão.

Anthony Garotinho: Cooperação não é submissão. A cooperação científica tem demonstrado ser poderoso instrumento de intercâmbio, de formação de recursos humanos especializados. Nosso programa prioriza a cooperação com os países da Europa, os de língua portuguesa e com qualquer outro país. É verdade que nos beneficiamos em grande parte da cooperação científica internacional para o aperfeiçoamento de cientistas e técnicos brasileiros, isso é inegável. A migração de pessoal qualificado pode também ser incentivada, considerada a escassez de pessoal em várias áreas, mas o que o governo Fernando Henrique está fazendo com Alcântara não tem nada de cooperação. Por este acordo, nosso país cede um território de 65 mil hectares no Maranhão, próximo a uma das áreas mais ricas e cobiçadas do mundo, a região Amazônica, para que os Estados Unidos instalem base militar com acesso restrito para o pesquisador brasileiro. Não haverá ganho de tecnologia, porque simplesmente os brasileiros não participarão desse projeto. Além do mais, essa base foi construída com recursos públicos do Brasil da ordem de 500 milhões de Dólares, e para deixar os técnicos americanos ao lado da biodiversidade que

temos na região amazônica, a base militar será mais uma na América Latina, a exemplo do que já fizeram na Colômbia, na Bolívia e no Equador. O Congresso Nacional tem o dever de impedir que esse crime de lesa-pátria contra o povo brasileiro seja levado adiante.

■ **Pergunta nº 4:** O senhor foi Prefeito e Governador de um Estado que nos últimos tempos tem aparecido no noticiário sob luz um tanto assustadora. A agenda de trabalho que o senhor propõe em um eventual governo inclui três elementos de combate à violência: ação federal contra o crime organizado e a corrupção; modificação do controle judicial sobre o inuérito policial e, terceiro, a extinção dos privilégios penais. Todas as estatísticas mostram-nos que dos crimes ocorridos no Brasil, 70% tem ligação direta ou indireta com o tráfico de drogas. De quem é a responsabilidade pela entrada de drogas no País?

Anthony Garotinho: O Brasil não tem política de policiamento de suas fronteiras. A primeira providência é criar uma guarda nacional de fronteira, para que possamos impedir a entrada clandestina de enorme quantidade de armas e drogas, alimentando as quadrilhas que atuam no Rio, São Paulo e em qualquer outra cidade.

A segunda ação é fazer a distinção entre o que é crime organizado e delinqüência. Normalmente se diz que a violência está muito alta. Violência é algo que não pode ser tratado de forma simplista. Violência é uma coisa e crime organizado é outra. A delinqüência só tem uma forma de ser combatida: prevenção, inclusão, desenvolvimento econômico. Sem oportunidade de trabalho, sem perspectiva de vida, parte da juventude acaba indo para a delinqüência, depois é pinçada para o crime organizado. Todos os projetos bem-sucedidos no mundo foram projetos de

inclusão. Assim, temos de ter projetos de inclusão de jovens que se situam na faixa de risco, de 16 a 24 anos.

Contra o crime organizado precisamos de investir em inteligência. Só com ela seremos capazes de combater com eficiência o crime organizado. Com relação aos números da série histórica da violência no Estado do Rio de Janeiro, obtivemos êxito contra o crime organizado, mas não podemos dizer o mesmo da delinqüência. Vejamos, de 1995, 1996 e 1997, três anos do governo anterior, o Rio de Janeiro registrou 243 seqüestros. Durante a minha gestão, 1999, 2000 e 2001, esse número caiu para 32, no mesmo período de três anos, sendo que, no último ano, foram 5 e todos eles resolvidos, com as quadrilhas presas e sem pagamento de resgate. Isto não ocorreu por acaso, foi um sistema de inteligência. Seqüestro não é crime que se possa trabalhar de maneira reativa, mas de maneira proativa, identificando as quadrilhas e prendendo antes de elas seqüestrarem as pessoas. Fizemos isto no Rio de Janeiro. O mesmo ocorreu com assaltos a Bancos e veículos recuperados. Nos anos de 1995, 1996 e 1997, o Rio teve 48.562 carros recuperados, enquanto nos anos de 1999, 2000 e 2001 saltou para 65.257. Isto provocou, pela primeira vez em um Estado brasileiro, uma redução no preço dos seguros de automóveis.

A criminalidade precisa de ser contida nas fronteiras, onde o que mais gera problemas para o nosso país são as armas e as drogas. É preciso que os governos estaduais sejam dotados de instrumentos para estabelecer políticas para tratar, separadamente, delinqüência e crime organizado; montar inteligência para combater crime organizado e adotar medidas para viabilizar a inclusão social da juventude, como fizemos quando criamos no Rio o programa Jovens pela Paz, que concedeu bolsas de estudos de duzentos e

quarenta Reais para dez mil jovens para que estudassem e desenvolvessem atividades comunitárias nas periferias do Rio. O programa deu bons resultados, e conseguimos retirar muitos jovens, na faixa de 16 a 18 anos, do tráfico de drogas para as atividades comunitárias, criando novos paradigmas para eles.

A inclusão não pode ser feita somente com a oferta de bolsas. Só um modelo econômico de crescimento será capaz de criar emprego necessário para incluir socialmente toda essa juventude que hoje não tem perspectiva, não tem esperança e acaba servindo à delinqüência e depois ao crime organizado.

■ **Pergunta nº 5:** Em sua proposta de governo, o senhor declara que “ao invés de levar à Amazônia o atual ciclo de civilização apoiado no modelo de dominação econômica socialmente injusto, destruidor da natureza e poluidor do planeta” promoverá “a experiência de um novo modelo de desenvolvimento, que no futuro influencie o restante do país a mudar de rumo e abandonar os parâmetros sobre os quais está assentado”. Gostaríamos que o senhor explicasse um pouco mais quais seriam as principais características desse novo modelo, quais seriam suas ações indispensáveis para, enfim, integrar a Amazônia ao desenvolvimento nacional.

Anthony Garotinho: O caráter distintivo desse novo modelo é a subordinação do desenvolvimento e da ocupação ao binômio homem e meio ambiente. Em vez do conflito predador de um e outro, queremos o equilíbrio, a mútua proteção. Esse modelo irá sempre privilegiar a qualidade e fará da riqueza uma servidora do homem e do desenvolvimento um meio de garantir a proteção ambiental e a felicidade das pessoas. Essa visão de desenvolvimento subordinada ao interesse humanístico vai presidir o processo de ocupação territorial, físico, cultural e político. Mais

do que a ocupação física, a ocupação política é que vai assegurar a ocupação da Amazônia na vida e desenvolvimento nacional. Não podemos perder de vista que, respeitados os interesses nacionais de cada um dos países, o desenvolvimento da Amazônia deve ser considerado como um projeto coletivo, que incorpora os esforços de todos os países signatários do tratado de cooperação amazônica, Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Guiana, Suriname e Venezuela. Partimos do ponto de vista de que o modo de ocupação do estado amazônico brasileiro foi e continua a ser caracterizado pela depredação de nossas riquezas minerais, de sua biodiversidade, pelo aviltamento da vida humana. O modelo de ocupação agrário combinou o desmatamento com a pecuária extensiva. A ausência de políticas eficazes de ocupação e controle do espaço levou à erosão genética, ao garimpo predatório e estimulou o tráfico e a biopirataria.

O modelo que queremos não repetirá os erros dos outros modelos de desenvolvimento regional, cujo custo ambiental e humano foi extremamente elevado. Nosso programa prevê a criação de uma Unidade de Gestão Estratégica integrada a todos os diferentes órgãos federais da região que atuam na região que vai coordenar os diferentes tipos de ações a serem desenvolvidas, assegurando a presença do Estado e controlando a penetração predatória dos interesses privados nacionais e internacionais. Propomos recuperar a idéia da UNESCO da Universidade da Amazônia, já concebida, e queremos, acima de tudo, retomar o projeto Calha Norte e implantar o projeto Novo Norte, que permitirá integrar defensivamente toda a área sul do Rio Amazonas. O terreno diplomático será de fundamental importância para revermos a lei de patentes, para que seja devolvido ao Brasil o controle genético da Amazônia e nos aproximemos dos demais países que integram a totalidade do território.

■ **Pergunta nº 6:** Entre os diversos pontos relacionados na proposta de reforma tributária, que o senhor aqui esboçou, indica-se a necessidade da promoção de novo pacto federativo, com a redistribuição de competências e atribuições entre os entes federativos e a repartição da receita tributária de forma compatível entre essa redistribuição de competências entre União, Estados e Municípios. Em que consistiria esse novo formato do pacto federativo no Brasil?

Anthony Garotinho: Até hoje, a reforma tributária não foi feita porque não haverá reforma tributária sem um pacto federativo. Precisamos de definir o que é de competência do Município, e que tributos ele terá para implementar a ação. O que é de competência do Estado, e quais tributos ele terá para levar adiante suas responsabilidades. O que é de competência federal e que tributos terá para cumprir suas responsabilidades. O que não pode é termos escolas de ensino fundamental municipal, estadual e federal. Hospital de atendimento primário municipal, estadual, federal e privado conveniado com o SUS. Em país que reclama recursos, temos de estabelecer qual o papel de cada ente federativo e que recursos ele terá para levar adiante sua missão. Sem isso, continuaremos a viver nesse mar de hipocrisia em que vivemos nos últimos anos. O governo diz que quer a reforma tributária, a sociedade também diz, e ela não sai. Não sai porque não se define qual é a responsabilidade de cada ente federativo e quais tributos cada um terá para cumprir a missão constitucional que lhe for definida. Sem isso não conseguiremos avançar dentro das reformas que precisam de ser colocadas em prática, e a reforma tributária é fundamental para que o país se torne competitivo.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES FORMULADAS PELO PÚBLICO

■ **Pergunta nº 1:** Qual a sua proposta para a área de agricultura e produção?

Anthony Garotinho: A agricultura tem três pontos que são fundamentais: o primeiro é o acesso à terra. O Brasil tem, por um lado, concentração enorme de terras e, por outro lado, tem 90 milhões de hectares de terra totalmente improdutiva. Assim, é preciso fazer reforma agrária de forma ordenada para que o País possa distribuir melhor suas terras. O segundo ponto é que não se faz aumento de produção agrícola sem crédito. Cito como exemplo, o que ocorreu no Rio de Janeiro, durante a nossa gestão. Pegamos uma região muito empobrecida ao noroeste do Rio e desenvolvemos um programa chamado FRUTIFICAR. Acionamos o Banco do Brasil e solicitamos que abrisse crédito para empréstimo ao agricultor que plantasse frutas. As condições seriam: juros de 2% ao ano, sem correção monetária, sem hipoteca, sem aval e com dois anos de carência. Este projeto deu o seguinte resultado: vinte mil pessoas estão trabalhando, produzindo maracujá, abacaxi, manga e goiaba, além de quatro indústrias que se deslocaram para lá. Assim, o segundo quesito é dar crédito. E o terceiro é organizar o sistema produtivo desde o plantio até a comercialização. O Brasil é um dos poucos países do mundo que não tem proteção para seu agricultor. Em Minas Gerais, os agricultores estão queimando café, pois sai mais barato queimar do que colher e vender. Resumindo, o Brasil precisa de distribuir melhor a terra, investir em crédito e organizar o sistema produtivo desde o plantio, até a garantia de preços e a comercialização. Como fui secretário de Agricultura do Rio de Janeiro, tenho certeza de que, se seguirmos essa orientação, vamos sair dessa

brincadeira ridícula de comemorar safras recordes de cem milhões de toneladas de grãos. A França, um país bem menor do que o Brasil, produz cento e dez milhões de toneladas. Esse tipo de comemoração do governo é vexaminoso. Para comemorarmos uma boa safra de grãos, ela tem de ser a partir de trezentos milhões de toneladas, que poderemos alcançar perfeitamente em quatro anos, respeitando os princípios de ocupação racional da terra, investindo em política de crédito, organizando a cadeia produtiva e gerando valor agregado ao produto agrícola que hoje é produzido. O Brasil produz soja, exporta soja e importa ração. Produz cacau, exporta cacau e importa chocolate. Produz café, exporta café e importa café solúvel. Isso é diploma de incompetência do governo que não investe para que o BNDES financie a transformação dos produtos agrícolas dentro do nosso país, para garantir a produção e agregar valor.

■ **Pergunta nº 2:** Vejo sua filha sentada à mesa. Ganhando as eleições, pretende o senhor levar a família para o Ministério?

Anthony Garotinho: Minha filha faz campanha comigo pelo simples fato de que ela não se envergonha de seu pai, como as filhas de muitos candidatos que se escondem. Nenhum dos meus filhos, em nenhuma das minhas gestões, ocupou qualquer cargo público. A minha esposa nunca ocupou cargo quando fui Deputado, Prefeito. Quando fui Governador do Rio ela só assumiu a Secretaria de Ação Social com um ano e meio de governo, após um rompimento com a coalizão que existia e um partido da coalizão saiu e ela foi indicada pelo partido para ocupar. Ela sempre disse que tinha um projeto político, e não um projeto pessoal. A ocupação de cargos públicos deve obedecer a um critério: o da competência e não de parentesco.

■ **Pergunta nº 3:** Como o senhor avalia sua campanha até o presente momento, como encara a eminente derrota? Entre Ciro Gomes e Lula, quem o senhor apoiaria no segundo turno?

Anthony Garotinho: A campanha eleitoral até o presente momento vem obedecendo a critérios completamente distorcidos, basta que leiamos os jornais. Nós verificamos, por um estudo de centimetragem dos jornais, que os espaços que estão dando aos outros candidatos são maiores do que o que é dado a mim. Isto se dá porque a minha postura é independente, de confronto com o sistema financeiro, de crítica severa à falta de concepção da atual equipe econômica, e com a grande dependência dos meios de comunicação com o governo, a mídia vem favorecendo a cobertura de outras candidaturas em detrimento da minha e de mais dois candidatos que nem sequer são citados no noticiário. Parece que no Brasil só tem quatro candidatos à presidência da República. Temos um candidato do PSTU e outro do PCO que sequer são citados. A alegação poderia ser que eles não aparecem nas pesquisas eleitorais. Mas como explicar que os grandes jornais dão três páginas para o candidato do governo e uma coluna de três centímetros para a nossa candidatura, se o candidato do governo tem 12% e nós temos 11%? Qual a diferença entre 12% e 11%, se a margem de erro da pesquisa é de 2%? A campanha está sendo manipulada pela imprensa que faz a campanha oficial do candidato que ela quer colocar no segundo turno.

Eu não vou opinar sobre o segundo turno. Eu não preciso opinar, por duas vezes eu votei em Lula e ele não precisa de ter dúvida de mim. Eu é que tenho dúvida se eles vão votar em mim.

■ **Pergunta nº 4:** O que fazer frente às ameaças de internacionalização da Amazônia?

Anthony Garotinho: Como já disse anteriormente, quando me referi aos cinco pontos: a nossa inserção no modelo de globalização deve ser de forma soberana e não de forma dependente, como está sendo atualmente. Se vamos discutir no Mercado internacional de forma soberana, então não temos de discutir a internacionalização da Amazônia, esse assunto está fora de pauta para um governo que defenda os interesses nacionais.

■ **Pergunta nº 5:** Qual a sua estratégia de campanha para acabar com a fama de populista, já que suas propostas não geram segurança para o eleitor e seu governo no Rio de Janeiro não foi modelo em áreas como segurança e educação?

Anthony Garotinho: Gostaria de afirmar que meu governo terminou com 88% de aprovação. Talvez a versão que você tenha do meu governo, pois, infelizmente e muitas vezes, o que se lê não traduz a verdade, foi completamente diferente do que se está dizendo. Será que 88% da população do Rio de Janeiro, que é considerada a capital cultural do País, é idiota a ponto de aprovar um governador? Se eu tivesse feito um mau governo, conforme dizem alguns jornalistas que me insultam em suas colunas, já nem é mais discussão política, mas agressão, como foi feito por um colunista do *JB*, outro d'*O Globo* e outro da *Folha da São Paulo*, pois estão defendendo os interesses dos banqueiros, pois são os únicos que estão ganhando dinheiro neste País. Quando alguém se coloca em defesa dos interesses nacionais, do povo brasileiro, eles insultam. O que é populismo? As pessoas que me acusam de populista não sabem o significado da palavra. Perguntei, outro

dia, em um debate em uma Universidade, o que era populismo e me disseram que era alguém que trabalha pelo povo, e está errado. Populismo foi uma aliança que surgiu entre os trabalhistas com os comunistas, quando os adeptos de Getúlio Vargas se juntaram com os de Luiz Carlos Prestes. Assim surgiu o termo populismo. Eu não sou populista, sou popular. Não me envergonho de ser popular, pois todo político deve, em primeiro lugar, servir ao povo. Eu não tenho vergonha de servir ao povo.

Gostaria de complementar que ainda não vi alguém fazer análise de meu governo como inconsistente, as pessoas que assim o fizeram não merecem crédito. O primeiro deles foi o senhor Maílson da Nóbrega, uma sumidade de economista. Foi Ministro do governo Sarney com 80% de inflação. Escreve no jornal *O Estado de São Paulo*, é reacionário, incompetente e conservador. O segundo foi o senhor Marco Sá Correa, que é reacionário, incompetente e conservador, escreve para o *Jornal do Brasil*. Todos eles grandes amigos do sistema financeiro. Eles não querem um Presidente da República que se recusa ir à FEBRABAN. Todos os outros candidatos à Presidência da República vêm aqui e falam mal dos Bancos, mas, na calada da noite, se reúnem com os banqueiros para pedir dinheiro para as suas campanhas. Eu não fui e não vou, por isso sou taxado de populista.

■ **Pergunta nº 6:** Como e de onde sairão os recursos da amortização da dívida interna pública?

Anthony Garotinho: Os recursos já existem, basta descer a taxa de juros. O País precisa de crescer, pois, crescendo, aumenta a receita fiscal, mesmo com a reforma tributária. Não há nada que possa causar impacto positivo nas receitas públicas do que o crescimento do País. Se o País cresce e a taxa de juros é menor, a

dívida cresce em velocidade menor. Se a dívida cresce menos e o País cresce mais, sobra dinheiro. Esta conta é simples, qualquer economista sabe fazer até mesmo esses que ficam escrevendo nos jornais a favor dos banqueiros.

■ **Pergunta nº 7:** Tendo em vista a política de cooperação no comércio internacional, qual o enfoque que o senhor daria aos países de grande Mercado consumidor, como a China, Rússia e Índia?

Anthony Garotinho: O Brasil precisa de ter política de comércio exterior a mais ampla possível. Hoje as nossas exportações estão voltadas para a Europa e os Estados Unidos. Quanto mais diversificado o leque de parceiros comerciais, melhor. O nosso enfoque será a diversificação de Mercados e esses três países – China Rússia e Índia –, além de outros que não foram citados, são muito importantes. Quero criar um Ministério do Comércio Exterior, para que o Brasil tenha política de comércio exterior articulada. Hoje quem cuida da política de comércio exterior não tem traquejo suficiente para negociar.

Para citar um exemplo, outro dia fui a Minas Gerais e, em reunião com exportadores de café, soube que o Brasil foi convidado para uma rodada de abertura do Mercado chinês de café e o Itamaraty, que estava representando o Brasil, convidou a Colômbia. O pessoal da Colômbia, mais preparado do que o nosso, pegou grande parte das negociações. Assim, hoje, de cada cinco sacas de café vendidas para a China, quatro são colombianas e uma brasileira. Acontece que a Colômbia compra o nosso café, ensaca lá e vende como se fosse colombiano.

■ **Pergunta nº 8:** Com o acúmulo da dívida externa do Brasil com o FMI, o povo vem sofrendo com os baixos salários e o elevado custo de vida. Como o senhor vê o FMI?

Anthony Garotinho: O Brasil tem de renegociar sua dívida externa, não há outra saída. Quem estiver dizendo o contrário, sabe que está mentindo ao povo brasileiro. É preciso dizer que, se não renegociar a dívida, o Brasil não sairá desse ciclo vicioso em que está. Portanto, a nossa postura com o FMI é postura de responsabilidade. Como fiz no governo do Rio de Janeiro, renegocieei e paguei todos os compromissos, mas não podia pagar fechando escola, posto de saúde, arrochando o salário dos funcionários. Paguei, mas dentro de princípios e é isso que defendo.

■ **Pergunta nº 9:** O senhor é a favor ou contra a entrada do Brasil na ALCA?

Anthony Garotinho: Contra. A ALCA, conforme está proposta pelos Estados Unidos, vai liquidar com os produtos agrícolas brasileiros, já que os produtos agrícolas americanos são subsidiados e as barreiras não-tarifárias que os Estados Unidos impõem aos produtos brasileiros são imensas. Da forma como a ALCA está sendo proposta será a anexação do Brasil aos Estados Unidos. Não pode ser feita dessa forma. Precisamos de preparar as empresas brasileiras, capacitá-las tecnologicamente, dar créditos para que elas se tornem competitivas. Se cumprirmos a agenda ora proposta, as empresas brasileiras, que já sofreram nos últimos anos grande processo de desnacionalização, vão sofrer esse processo mais rápido ainda.

■ **Pergunta nº 10:** Diante de eventual aumento do salário mínimo, de início para a faixa de R\$ 280,00, e depois eventualmente para R\$ 400,00, certamente os empresários, na atual situação da economia, repassariam esses custos para o preço dos produtos, o que anularia qualquer possibilidade de aumento real de salário e elevaria a taxa de inflação. Como o senhor resolve este problema?

Anthony Garotinho: Isto é uma inverdade. Quando aumentei o salário mínimo no Rio de Janeiro, vocês sabem que o Presidente da República deixou que cada governador estabelecesse seu piso regional salarial, fixei o maior salário mínimo do país e o discurso era o mesmo. Aliás, o discurso do salário mínimo no Brasil é mais do que econômico, é ideológico. Os economistas, na época da escravatura, diziam que o Brasil não podia abolir a escravatura porque iria inflacionar o preço da agricultura. Para eles os brasileiros deviam ser escravos até hoje, pois assim teríamos bom preço na agricultura. Eu aumentei o salário mínimo no Rio de Janeiro e foi o Estado que mais cresceu, apresentou a menor taxa de desemprego. É óbvio que as pessoas ganhando mais, compram mais, movimentam o comércio. O comércio vendendo mais, emprega mais, compra mais da indústria, saindo desse ciclo de miséria e entrando no ciclo de prosperidade. O governo não quer dar o aumento do salário mínimo não é por que falta dinheiro, é porque tem de tirar do dinheiro que hoje dá aos Bancos. Foram 108 bilhões para pagar juros e amortização da dívida. A conta para dar um salário mínimo de R\$ 280,00 é só ter R\$ 21 bilhões para a Previdência. Isto se consegue descendo os juros. Não há impedimento econômico, até porque, certamente, aumentando o salário mínimo, vamos fortalecer o Mercado interno, o de consumo, e vamos incluir pessoas que hoje estão impossibilitadas de consumir. Essas pessoas vão ganhar

cidadania. Precisamos de deixar de ser hipócritas. Todos dizem que querem acabar com a exclusão, a pobreza e a miséria no Brasil. Querem acabar como, dando vale gás? Só se pode acabar com a situação de miséria do nosso país se aumentarmos o salário, de baixo para cima.

Como é que o Paraguai, uma economia pobre que não chega aos pés do Brasil, pode pagar U\$ 157,00, o equivalente a mais de R\$ 450,00, e o Brasil não pode? Isto é uma decisão política. Não podemos aceitar argumentos econômicos em detrimento de decisões políticas. A decisão de enfrentar a pobreza, a miséria é de natureza ética e política.

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES DE C&T*

■ **Pergunta nº 1:** Inovação tecnológica e competitividade das empresas brasileiras

Anthony Garotinho: É hoje consensual que o setor produtivo precisa de atingir rapidamente um nível de competitividade que lhe permita disputar, em melhores condições, nosso Mercado interno, substituir importações e ampliar exportações, por um lado, para os parceiros tradicionais e, por outro, para países como a China, Índia e Rússia. Para tal, é fundamental aliarmos forte incentivo à pesquisa tecnológica, com recursos públicos, à criação de mecanismos fiscais que incentivem o setor industrial a investir em pesquisa e desenvolvimento, financiando o setor produtivo com

* As propostas para C&T aqui apresentadas foram editadas do conjunto de entrevistas feitas pela ABIPTI – Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica, primeiramente publicadas no Informativo *Gestão C&T – Informação e Comunicação para os Sistemas Estaduais de C&T*, Centro ABIPTI de Informação Tecnológica, ano 2, número 23, ago. 2002, p. 3 a 7.

taxas de juros semelhantes às oferecidas em outros países. O parque científico brasileiro já atingiu tal dimensão que permite, desde que políticas corretas sejam implantadas, sua articulação com o setor tecnológico e produtivo.

■ **Pergunta nº 2:** Meta de aplicação de recursos (públicos e privados) em P&D, como proporção do PIB: áreas a serem priorizadas

Anthony Garotinho: Os dados oficiais indicam que o Brasil investe hoje cerca de 1,4% do PIB no setor de C&T. Vamos trabalhar no sentido de chegarmos a 2% do PIB em quatro anos. Para isso, pretendemos ampliar o orçamento, com recursos do tesouro, das instituições federais de fomento (CNPq, FINEP, CAPES); ampliar o orçamento das Universidades Federais e centros de pesquisa vinculados a vários ministérios (EMBRAPA, FIOCRUZ, etc.); criar mecanismos que incentivem os estados a fortalecerem as fundações de amparo à pesquisa; criar novos fundos setoriais; assegurar a efetiva liberação dos recursos orçamentários, eliminando o contingenciamento que vem ocorrendo também com os Fundos Setoriais; e criar mecanismos que efetivamente induzam o setor empresarial a investir em C&T.

Pretendemos continuar fortalecendo todas as áreas do conhecimento, o que será feito pelo retorno do auxílio para projetos de demanda espontânea pelo CNPq; pelo apoio institucional da FINEP; pelo apoio aos cursos de pós-graduação pela CAPES; e pela manutenção de programas de apoio a grupos de excelência pelo PRONEX e Institutos do Milênio. No entanto, algumas áreas, consideradas estratégicas para o País, contarão com programas complementares especiais em que o nível de investimento deverá

ser maior. As áreas identificadas, até o momento, são as seguintes: ciências do mar e costeira; biotecnologia; doenças emergentes e reemergentes; doenças crônicas e degenerativas; desenvolvimento de fármacos; tecnologia da informação; nanotecnologia; materiais avançados; tecnologia nuclear; tecnologia aeroespacial; meio ambiente e recursos hídricos; saneamento ambiental; agricultura familiar; energias alternativas; instrumentação; petróleo e gás; tecnologia mineral; e ciências sociais aplicadas. Para todas essas áreas, mecanismos serão criados que incentivem simultaneamente a pesquisa básica e a inovação tecnológica bem como o desenvolvimento regional.

■ **Pergunta nº 3:** Regionalização das ações de C&T: iniciativas para reduzir as desigualdades regionais a partir de investimentos em C&T e Inovação

Anthony Garotinho: Nossa proposta prevê o estabelecimento de sólido Sistema Nacional de C&T que, efetivamente, integre o MCT e suas agências com as Secretarias Estaduais e Municipais de C&T e as Fundações de Amparo à Pesquisa Estaduais e Municipais, visando ao apoio a projetos de interesse regional/local e à melhor distribuição da atividade de C&T em todo o País. Nesse sentido, parte do orçamento do MCT será utilizada para editais conjuntos com os estados. No caso dos Fundos Setoriais, em que já se prevê parcela dos recursos para a região Norte, Nordeste e Centro-Oeste, as Secretarias Estaduais deverão participar ativamente da definição de prioridades e das decisões referentes à alocação dos recursos. Estamos conscientes da necessidade de mudanças na legislação atual, o que envolverá a participação do Congresso Nacional.

■ **Pergunta nº 4:** Manutenção de instrumentos de financiamento à pesquisa e à inovação, como, por exemplo, os Fundos Setoriais

Anthony Garotinho: Consideramos os Fundos Setoriais como elementos importantes do Sistema Nacional de CT&I e que serão preservados e aperfeiçoados. Novos fundos deverão ser criados. Faremos algumas modificações na operacionalização dos Fundos, no sentido de que eles sejam efetivamente elementos de política científica integrada do Governo. Como já foi ressaltado acima, os Fundos constituir-se-ão mecanismo importante para o programa prioritário de desenvolvimento regional.

■ **Pergunta nº 5:** O projeto de Lei da Inovação estabelece medidas de incentivo à pesquisa e à inovação e cria mecanismos de gestão aplicáveis às instituições científicas e tecnológicas na sua relação com as empresas. Quais outros mecanismos poderiam ser propostos no sentido de promover a inovação como estratégia de aumento da competitividade do setor produtivo brasileiro?

Anthony Garotinho: Ainda não tomamos conhecimento da forma final do Projeto de Lei da Inovação. Somos favoráveis à criação de mecanismos que permitam estimular a pesquisa e a inovação tecnológica, sobretudo nas empresas. Consideramos que as Universidades têm, como missão principal, a pesquisa científica básica, comprometida com o avanço do conhecimento, aliado ao processo de formação de pessoal qualificado. Tal posição, no entanto, não impede

que determinados setores das Universidades se dediquem com maior intensidade à pesquisa tecnológica. Deve ficar claro, no entanto, que a inovação tecnológica deve ocorrer fundamentalmente na empresa. No caso específico das relações a serem estabelecidas entre as Universidades e as empresas, incluindo na liberação de pesquisadores, é fundamental que se respeite a autonomia universitária.

Na nossa proposta, o apoio à inovação passa também pelo apoio à área tecnológica, utilizando todos os mecanismos tradicionalmente usados no apoio à área científica (bolsas, auxílios de demanda espontânea, apoio institucional, etc.), programas semelhantes ao que implantei no estado do Rio de Janeiro, conhecido como Tecnologia na Pequena Empresa, com recursos maiores e alcançando também a média empresa, o que deverá ser feito com recursos do Fundo Verde-Amarelo. Além disso, deveremos contar também com a redução significativa da taxa de juros para o financiamento à atividade industrial, sobretudo a de base tecnológica; com uma política de incentivo ao consumo de produtos produzidos no País, sobretudo visando à substituição de importações; e com uma política de apoio às exportações, entre outras.

■ **Pergunta nº 6:** Papel do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), órgão de assessoramento do MCT criado em setembro de 2001 como um dos resultados da Conferência Nacional de CT&I

Anthony Garotinho: Um dos pontos prioritários do nosso programa é o fortalecimento e o efetivo funcionamento do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia. Este Conselho,

presidido pelo Presidente da República, contará com câmaras setoriais, uma das quais se dedicará ao acompanhamento, à prospecção das áreas, subsidiando as decisões do Conselho. Tal câmara será formada por técnicos experientes das várias instituições federais que atuam na área de C&T, bem como da comunidade científica. Conseqüentemente, não sentimos necessidade da existência de mais um órgão dentro do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia.

os candidatos Ciro Gomes, Anthony Garotinho e Luiz Inácio Lula da Silva. Além destes, os candidatos José Serra, José Maria de Almeida e Rui Costa Pimenta responderam a questões sobre temas que emergiram quando da realização da primeira etapa do Fórum. O resultado dessa reflexão com os candidatos bem como a contribuição de algumas das mais representativas entidades da Educação, da Ciência e da Tecnologia em nosso País são apresentados neste segundo volume.

A publicação dos dois volumes de *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial* não pretende, certamente, esgotar o debate. No entanto, como lembra o reitor da Universidade de Brasília, UnB, Lauro Morhy, o objetivo maior do Fórum *Brasil em Questão*, de fomentar positiva contribuição à troca de idéias sobre os grandes desafios de nosso País, foi alcançado, ao tempo em que a UnB cumpriu, mais uma vez, o compromisso assumido com toda a sociedade brasileira, abastecendo a indispensável e necessária transparência do debate político.

**Ciro Gomes • Anthony Garotinho • Luiz Inácio
Lula da Silva • José Serra • José Maria de
Almeida • Rui Costa Pimenta • ANDIFES -
Associação Nacional dos Dirigentes das
Instituições Federais de Ensino Superior • ABMES
- Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino
Superior • ABED - Associação Brasileira de
Educação a Distância • ABRUEM - Associação
Brasileira dos Reitores das Universidades
Estaduais e Municipais • Carta de São Paulo -
4º Congresso Nacional de Educação - CONED**



9 788523 007058